



Marzo 2020 - ISSN: 1988-7833

## TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO NA ESCOLA BÁSICA: revisão integrativa\*

**Jaqueline Ribeiro Barbosa Bordão<sup>1</sup>**

Médica e Mestranda no Instituto Federal Goiano (IF Goiano)

<https://orcid.org/0000-0003-1944-6339>

E-mail: [jaqbarbosa@hotmail.com](mailto:jaqbarbosa@hotmail.com)

**Marcos Fernandes-Sobrinho<sup>2</sup>**

Docente permanente do Instituto Federal Goiano (IF Goiano) e da Universidade Federal de Catalão (UFCat)

<https://orcid.org/0000-0002-7563-6914>

E-mail: [marcos.sbf@gmail.com](mailto:marcos.sbf@gmail.com)

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Jaqueline Ribeiro Barbosa Bordão y Marcos Fernandes-Sobrinho (2020): "Transtorno do espectro autista na perspectiva da inclusão na escola básica: revisão integrativa", Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, (marzo 2020). En línea:

<https://www.eumed.net/rev/cccss/2020/03/transtorno-espectro-autista.html>

<http://hdl.handle.net/20.500.11763/cccss2003transtorno-espectro-autista>

### RESUMO

O presente artigo decorre de pesquisa na temática inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista em que se objetivaram identificar e analisar publicações científicas na área de Ensino, no período compreendido entre 2012 e 2019, relacionadas ao tema central da pesquisa ao nível da escolarização básica no Brasil. Como fundamentação teórica utilizaram-se aspectos do sociointeracionismo propostos por Vigotski. A pesquisa se caracteriza como mista, exploratório-descritiva, delineada como uma Revisão Integrativa. Identificaram-se 13 artigos originados de pesquisas em programas de pós-graduação Stricto Sensu em Educação, porém nas bases consultadas, nenhum identificado em programas dessa natureza na área de Ensino. Nesse contexto, avaliaram-se aspectos relacionados aos sistemas alternativos de comunicação, ao processo de escolarização, percepções e práticas docentes, envolvimento parental e políticas públicas. Os resultados sinalizam que as pesquisas na área de Ensino são incipientes e as da área de Educação, embora algumas ainda condicionem o ensino-aprendizagem ao saber biomédico, voltam-se para a prática pedagógica trazendo contribuições aos profissionais que atuam em sala de aula. Demonstram, assim, como a discussão acerca dessa temática tem sido desenvolvida em contextos educacionais no âmbito nacional e identificam campos possíveis para novas pesquisas, como as investigações

\* Uma versão preliminar deste trabalho foi apresentada no Congresso Internacional de Altos Estudos em Educação.

<sup>1</sup> Médica e Mestranda no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ensino para a Educação Básica (PPGEEnB) do Instituto Federal Goiano – Campus Urutaí, Brasil.

<sup>2</sup> Doutor em Educação em Ciências e Matemática (UnB), Físico (UFU), Bacharel em Administração (FAAB), Bacharelado em Direito (UEG), Brasil; *Bachelor of Science in Foreign Legal Studies at Ambra University, USA.*

voltadas para processos bem-sucedidos de inclusão na educação básica das escolas brasileiras.

**Palavras-chaves:** Transtorno do Espectro Autista. Inclusão. Autismo. Educação Especial. Revisão integrativa na pesquisa em ensino.

## **AUTISTIC SPECTRUM DISORDER FROM THE PERSPECTIVE OF INCLUSION IN THE BASIC SCHOOL: integrative review**

### **ABSTRACT**

This article arises from research at the master's level of the first author, under the guidance of the second, on the thematic school inclusion of children with Autism Spectrum Disorder, in which the objective was to identify and analyze scientific publications in the area of Education, in the period between 2012 and 2019, related to the central theme of research at the level of basic schooling in Brazil. As a theoretical basis, aspects of sociointeractionism proposed by Vigotski were used. The research is characterized as mixed, exploratory-descriptive, outlined as an Integrative Review. We identified 13 articles originating from research in *Stricto Sensu* postgraduate programs in Education, but on the bases consulted, none identified in programs of this nature in the area of Education. In this context, aspects related to alternative communication systems, the schooling process, perceptions and teaching practices, parental involvement and public policies were evaluated. The results indicate that research in the area of Teaching is incipient and that in the area of Education, although some still condition teaching-learning to biomedical knowledge, turn to pedagogical practice, bringing contributions to professionals who work in the classroom. They thus demonstrate how the discussion on this theme has been developed in educational contexts at the national level and identify possible fields for new research, such as investigations aimed at successful processes of inclusion in basic education in Brazilian schools.

**Keywords:** Autistic Spectrum Disorder. Inclusion. Autism. Special education. Integrative review in teaching research.

## **TRASTORNO DEL ESPECTRO AUTISTA DESDE LA PERSPECTIVA DE INCLUSIÓN EN LA ESCUELA BÁSICA: revisión integradora**

### **RESUMEN**

Este artículo se deriva de una investigación sobre la inclusión escolar de niños con trastorno del espectro autista en la que pretendían identificar y analizar publicaciones científicas en el área de la educación, en el período comprendido entre 2012 y 2019, relacionadas con el tema central de la investigación a nivel de educación básica en Brasil. Como base teórica, se utilizaron aspectos del sociointeraccionismo propuesto por Vigotski. La investigación se caracteriza por ser mixta, exploratoria-descriptiva, resumida como una Revisión Integrativa. Identificamos 13 artículos provenientes de investigaciones en los programas de posgrado en Educación de *Stricto Sensu*, pero sobre las bases consultadas, ninguno identificado en programas de esta naturaleza en el área de Educación. En este contexto, se evaluaron aspectos relacionados con sistemas de comunicación alternativos, el proceso de escolarización, las percepciones y prácticas de enseñanza, la participación de los padres y las políticas públicas. Los resultados indican que la investigación en el área de la enseñanza es incipiente y que en el área de la educación, aunque algunos todavía condicionan la enseñanza-aprendizaje al conocimiento biomédico, recurren a la práctica pedagógica, aportando contribuciones a los profesionales que trabajan en el aula. De este modo, demuestran cómo se ha desarrollado la discusión sobre este tema en contextos educativos a nivel nacional e identifican posibles campos para nuevas investigaciones, tales como investigaciones dirigidas a procesos exitosos de inclusión en la educación básica en las escuelas brasileñas.

**Palabras clave:** Trastorno del espectro autista. Inclusión. Autismo. Educación Especial. Revisión integradora en investigación docente.

## 1. Introdução

Este trabalho é um recorte da análise inicial de uma dissertação de Mestrado em Ensino para a Educação Básica, na temática inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). O tema geral surgiu a partir da observação empírica do aumento do número de alunos com TEA na educação básica e no questionamento para saber se a escola atual inclui [ou não] esses alunos.

Considerando a inclusão escolar dentro do movimento global de Educação para todos, iniciada em Jomtien (Conferência Mundial sobre Educação para todos, 1990), e reiterada por meio da Declaração de Incheon (Fórum Mundial de Educação, 2015) com o anúncio de uma agenda voltada para a educação inclusiva e equitativa de qualidade, além de estar expressa na Constituição da República Federativa do Brasil (Brasil, 1988), no artigo 205, que assegura a Educação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, como um direito de todos.

Assim, no presente artigo, a inclusão escolar será entendida como ato e efeito, ou de outra forma, matrícula, permanência na escola regular e acesso aos processos de ensino-aprendizagem, com conseqüente desenvolvimento pessoal e inserção social futura. Ao longo dos tempos, boa parte da argumentação para fins de inclusão foi impelida pela confiança no direito cível em contraposição à segregação de estudantes com base em suas deficiências, tema que implicava discussões com reflexos em várias decisões importantes em processos judiciais que culminavam em decisões favoráveis a práticas de colocação inclusiva (Mendes, 2006).

Caracterizamos o TEA, a partir dos critérios da 5ª edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais [DSM-V], como um transtorno de início na infância, com presença de déficits clinicamente significativos e persistentes na comunicação e nas interações sociais, associados a padrões restritos e repetitivos de interesse e comportamento (American Psychological Association [APA], 2014).

Discutir a inclusão escolar das crianças com TEA, no âmbito de um Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* na área de Ensino, que tem como característica específica, segundo a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), o foco no “conhecimento pedagógico do conteúdo”, exige conhecimento prévio do que já foi pesquisado nesta área, identificando características próprias, seus limites e possibilidades, incluindo as interlocuções entre áreas e a inter e a transdisciplinaridade preconizadas no ensino (Capes, 2016). Assim, surge o problema que originou esta pesquisa: o que tem sido estudado na perspectiva da área de Ensino na temática inclusão escolar das crianças com autismo?

Com o objetivo de identificar pesquisas nesse contexto, buscou-se realizar uma revisão sistemática da literatura, a partir de 2012. A escolha do recorte temporal deveu-se à data de constituição da área de avaliação Ensino pela Capes, em 06 de junho de 2011 (Brasil, 2016), e à promulgação da lei 12.764/12, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da

Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Brasil, 2012), a partir da qual o TEA passou a ser considerado, para todos os efeitos legais, como deficiência (Brasil, 2012) e os sujeitos com TEA passaram a compor legalmente a população-alvo da educação especial.

A presente pesquisa tomou como base revisões sistemáticas anteriores com a mesma temática, como a de Nascimento, Cruz e Braun (2017), utilizada como referencial para definição das categorias de análise e a de Rodrigues e Angelucci (2018), com delineamento semelhante, mas que avaliaram a temática na perspectiva da educação especial.

Consideram-se também a revisão realizada por Camargo e Bosa (2009) que analisaram, dentro da temática autismo e inclusão escolar, o aspecto da Competência Social das crianças com Autismo apontaram para a necessidade de novas investigações relacionadas às potencialidades interativas; e a realizada por Nunes, Azevedo e Schmidt (2013) que identificaram desconhecimento das características do TEA, até então denominada síndrome; bem como trabalhos relacionados a práticas pedagógicas que poderiam ser utilizadas em sala de aula em publicações entre 2008-2013.

No presente artigo, buscou-se analisar publicações na perspectiva do Ensino, elegendo, como foco principal, práticas pedagógicas além de ampliar o recorte temporal e as bases de busca, o que justifica, em larga medida, o presente empreendimento.

## **2. Fundamentação Teórica**

Como marco teórico, a presente pesquisa fundamenta-se na Defectologia de Vigotsky que considera que o desenvolvimento cultural reelabora o comportamento da criança, refazendo todo o curso do seu desenvolvimento e que a deficiência, chamada na época pelo autor de defeito, ao produzir dificuldades no desenvolvimento normal, estimula o surgimento de caminhos alternativos de adaptação (Vigotski, 2011).

Embora tenha sido escrita para crianças “intelectualmente atrasadas” [termo utilizado pelo próprio autor] pode também ser aplicada às crianças com TEA (Martins & Góes, 2013). Neste contexto, os autores procuraram não se ater ao componente biológico desses sujeitos, mas voltar o olhar para as possibilidades que se abrem para além do diagnóstico.

O presente estudo também se ampara na legislação brasileira, desde a Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) de 1988 (Brasil, 1988), nos artigos 205 e 206, que estabelecem, respectivamente, “a educação como um direito de todos” e “a igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, passando pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), que “tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência”, chegando ao escopo infraconstitucional da nossa legislação, por meio da Lei 12.764 de 27 de dezembro de 2012 (Brasil, 2012) que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA.

### 3. Desenvolvimento

#### 3.1. Procedimentos Metodológicos

Trata-se de uma pesquisa exploratória-descritiva, na medida em que tem como objetivos construir hipóteses sobre a situação da inclusão escolar de crianças com TEA na educação básica e, ao mesmo tempo, descrever características e achados de publicações nesta temática (Gil, 2002). É mista, delineada como uma revisão sistemática da literatura do tipo Revisão Integrativa que, segundo Whittemore e Knafl (2005), permite sistematizar a pesquisa, encontrar e selecionar publicações relevantes e, embora seja um método tradicionalmente utilizado na área de saúde, vem sendo aplicado em outras áreas do conhecimento (Botelho, Cunha & Macedo, 2011; Silva & Carvalho, 2017). A investigação foi realizada durante os meses de maio a julho de 2019, de acordo com os critérios sugeridos por Whittemore e Knafl (2005), divididos em cinco fases, descritas a seguir:

a) **Identificação do problema:** fase de identificação do tema (inclusão escolar e TEA) e seleção do problema de pesquisa (conhecer o que tem sido estudado na perspectiva da área de Ensino, na temática inclusão escolar das crianças com autismo).

b) **“Busca” literária:** fase de definição dos descritores ou palavras-chave, escolha dos bancos de dados e dos critérios de inclusão e exclusão.

Os descritores foram definidos a partir de consultas no Thesaurus Brasileiro de Educação [Brased] do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira [INEP] e no Descritores em Ciências da Saúde [DeCS] da Biblioteca Virtual em Saúde [BVS], chegando aos termos coincidentes: autismo e inclusão.

Os bancos de dados selecionados, considerando a interdisciplinaridade do tema e tentando ampliar a pesquisa inicial, foram: Scientific Electronic Library Online [SciELO], Biblioteca Virtual em Saúde [BVS] e a área de periódicos da Capes.

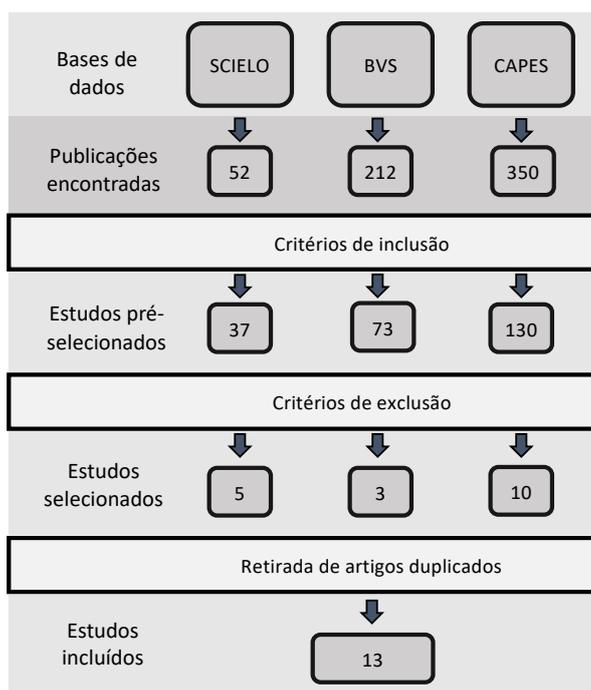
Os critérios de inclusão foram artigos em português ou inglês, revisados por pares, com recorte temporal de 2012 a 2019, e de exclusão as publicações não relacionadas ao tema proposto ou que tratavam da inclusão escolar de crianças com autismo associados a outros grupos de crianças com deficiência ou que tratavam da inclusão a partir da perspectiva de outras áreas de conhecimento, que não Ensino ou Educação.

Inicialmente tentou-se manter apenas publicações originadas de programas de Ensino, encontrando nenhuma na temática proposta, então os autores optaram por incluir as publicações da área da Educação, preferencialmente constantes de publicações em periódicos científicos com Qualis/Capes na área de Ensino. Essa escolha se justifica na afirmação de que na área da Educação coexistem programas nas linhas de Ensino de ciências e matemática em

que parte dos pesquisadores atua e é avaliada na área de Ensino (Dias, Therrien & Farias, 2017).

c) **Coleta de dados:** a partir dos critérios descritos, as publicações foram identificadas, pré-selecionadas e selecionadas, conforme descrito no fluxograma de filtros constantes da figura 1, que se segue.

**Figura 1:** Fluxograma da fase de Coleta de dados da Revisão Integrativa em Inclusão Escolar de Crianças com TEA



**Fonte 1:** Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa

d) **Análise de dados:** registro dos dados, classificação e análise das publicações. Realizado organização dos dados extraídos em uma matriz de síntese feita para essa pesquisa, a partir da leitura na íntegra das publicações, identificando dados relacionados aos autores da pesquisa e formação dos mesmos, local de publicação, temática, metodologia, objetivos e conclusões.

Em seguida, realizou-se a análise quantitativa dos dados obtidos a partir da Matriz de síntese e uma análise qualitativa dos estudos incluídos, utilizando como referencial metodológico Bardin (2016), seguindo o percurso proposto por Fernandes-Sobrinho (2016, p. 127).

A partir da leitura flutuante dos artigos incluídos/Unidades de Análise, procurou-se identificar e quantificar unidades de registro e agrupá-las em categorias, segundo o critério semântico proposto por Bardin (2016). Após a releitura das unidades, chegou-se a 05

categorias (Quadro 1), a partir das quais realizou-se a análise dos dados, com a exposição e comparação dos mesmos, descritos nos resultados.

**Quadro 1:** Categorias analíticas emergentes da Revisão Integrativa sobre inclusão escolar de crianças com TEA na educação básica, no Brasil

<b>Categorias</b>	<b>Temática das publicações</b>	<b>Unidades de Registro</b>
Comunicação	Relacionadas à linguagem oral, escrita ou sistemas de comunicação alternativos.	Interações comunicativas, linguagem escrita, comunicação, técnicas de comunicação.
Escolarização	Aspectos gerais relacionados a escolarização, como ocorre, se ocorre.	Produção científica sobre escolarização, escolarização.
Docência	Voltadas para aspectos relacionados aos docentes, práticas pedagógicas, percepções e estratégias.	Prática docente, concepções e práticas docentes, estratégias didático-pedagógicas.
Política	Análise de documentos e políticas públicas nacionais.	Políticas públicas nacionais.
Parentalidade	Aspectos do tipo de envolvimento parental com a escola no contexto da inclusão escolar.	Envolvimento parental.

**Fonte 2:** Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa

e) **Apresentação:** fase final da revisão integrativa, com o relato dos achados, descrição da pesquisa, permitindo replicá-la, aqui representada por todo este artigo.

#### 4. Resultados e Discussão

Inicialmente foram identificadas 614 publicações. Após a aplicação de sucessivos critérios de inclusão e exclusão a amostra foi reduzida a 13 publicações. Embora essa redução possa sugerir erro em algum dos passos da pesquisa, deixando de fora publicações relevantes, a redução condiz com o encontrado em outros trabalhos que analisaram a produção científica, na temática da inclusão escolar das crianças com TEA, no contexto educacional brasileiro (Rodrigues & Angelucci, 2018). Isso, em certa medida, reforça o identificado na fase de buscas desta pesquisa, que não encontrou nenhuma publicação na área de Ensino, apenas um número relativamente reduzido na área da Educação, o que contradiz um suposto erro de aplicação dos critérios.

Foram extraídos das publicações incluídas (Quadro 2), dados para análise quantitativa referentes ao pesquisador, ao local de publicação e a pesquisa, permitindo um mapeamento da produção na área de inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista no Brasil encontradas nesta revisão.

**Quadro 2:** Publicações inclusas na pesquisa

<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Revista</b>	<b>Ano</b>
Togashi, C. M. & Walter, C. C. F.	As contribuições do uso da Comunicação Alternativa no processo de inclusão escolar de um aluno com Transtorno do Espectro do Autismo	Rev. Bras. Ed. Esp.	2016
Santos, E. C. & Chiote, F. B.	Autismo e a pré-história da linguagem escrita	Journal of Research in Special Educational Needs	2016
Guareschi, T.; Aalves, M. D.; & Naujorks, M. I.	Autismo e políticas públicas de inclusão no Brasil	Journal of Research in Special Educational Needs	2016
Vargas, R. M. & Schmidt, C.	Envolvimento parental e a inclusão de alunos com autismo	Acta Scientiarum	2017
Lima, S. M. & Laplane, A. L. F.	Escolarização de alunos com autismo	Rev. Bras. Ed. Esp.	2016
Nascimento, F. F.; Cruz, M. M., & Braun, P.	Escolarização de Pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo a Partir da Análise da Produção Científica Disponível na SciELO Brasil (2005-2015)	Arquivos Analíticos de políticas educativas	2017
Rodrigues, I. B. & Angelucci, C. B.	Estado da arte da produção sobre escolarização de crianças diagnosticadas com TEA	Psicologia Escolar e Educacional	2018
Aporta, A. P. & Lacerda, C. B. F.	Estudo de Caso sobre atividades desenvolvidas para um aluno com autismo no Ensino Fundamental	Rev. Bras. Ed. Esp., Marília	2018
Levy-Nápoles, R. A. & Orrú, S. E.	Experiências de Comunicação Alternativa: alunos com autismo	Journal of Research in Special Educational Needs	2016
Schmidt, C. et al	Inclusão escolar e autismo: uma análise da percepção docente e práticas pedagógicas	Psicologia: Teoria e Prática	2016
Gomes, R. C. & Nunes, D. R. P.	Interações comunicativas entre uma professora e um aluno com autismo na escola comum: uma proposta de intervenção	Educação pesquisa	2014
Luz, M. H. S.; Gomes, C. A.; & Lira, A.	Narrativas sobre a inclusão de uma criança autista: desafios à prática docente	Educación	2016
Menezes, M. R. G.	Pedro Gonçalves: uma História de inclusão escolar	Sophia	2013

**Fonte 3:** Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa

Todas as publicações são oriundas de pesquisas de Programas de pós-graduação na área de educação, sendo dez publicadas em revistas com avaliação A1 ou A2 em Ensino, uma com avaliação B3 e duas sem avaliação nesta área, no momento da pesquisa. Os autores, na sua maioria são graduados em pedagogia (sete) e demais da área da saúde: psicologia (quatro), fonoaudiologia (um) e fisioterapia (um).

Seguindo o padrão observado em outras pesquisas, com predomínio, nesta temática, de pesquisadores oriundos da saúde cursando programas de pós-graduação em Educação, bem como uma maior concentração de pesquisas e publicações nas regiões sul e sudeste (Rodrigues & Angelucci, 2018), nove em 13.

A maioria foi classificada por seus próprios autores como sendo qualitativa, descritiva e exploratória, delineada como estudo de caso ou pesquisa bibliográfica.

Considerando o aspecto qualitativo desta pesquisa, optou-se por apresentar e discutir os dados recuperados seguindo as categorias de análise descritas na metodologia. A partir da identificação de unidades de registro e sua frequência nas publicações/unidades de análise, foram criadas cinco categorias temáticas, nomeadas pelos autores de: comunicação, escolarização, docência, política e parentalidade, buscando representar a temática da categoria e considerando todos os termos no contexto da inclusão escolar de crianças com TEA nesta pesquisa.

#### **4.1. Comunicação**

Nesta categoria, agruparam-se quatro publicações que analisam as interações comunicativas de alunos com seus professores e pares, observando aspectos relacionados ao desenvolvimento do simbolismo como precursor da linguagem escrita e a utilização de sistemas de Comunicação Alternativa e Ampliada (CAA) como um instrumento de inclusão escolar.

Tema relevante na medida em que se considera que uma das características comuns aos diversos sujeitos com TEA é a dificuldade de comunicação (APA, 2014), que vai desde uma inabilidade na estruturação e interpretação das narrativas, com dificuldade para iniciar e manter um diálogo, até a ausência de fala (Armonia, 2015), com repercussões “óbvias” na rotina escolar, segundo Sanini e Bosa (2015).

Considerando as pesquisas desta categoria, Santos e Chiote (2016), utilizando como quadro teórico trabalhos sobre a pré-história da linguagem propostos por Vigotski e Luria, fazem um recorte em suas respectivas pesquisas de mestrado e relatam experiências de ações implementadas no trabalho educativo com duas crianças com TEA.

Respeitando as idades cronológicas das crianças, notam desenvolvimento do processo de simbolização, indícios da pré-história escrita, com apropriação de gestos dos pares e do desenho do professor por parte das crianças com TEA e concluem que “o outro e a linguagem ocupam um papel fundamental na apropriação da linguagem escrita por toda e qualquer criança”.

As outras três publicações agrupadas tratam dos sistemas de CAA e sua aplicabilidade no contexto escolar. Definindo CAA como uma área que oferece aos indivíduos sem fala

funcional oportunidades de se comunicar, utilizando para isso, gestos, expressões faciais e corporais, símbolos gráficos, voz digitalizada ou sintetizada, dentre outros meios (Gomes & Nunes, 2014; Togashi & Walter, 2016). Delineadas, segundo os próprios autores, como estudo de casos, tratam da comunicação alternativa de uma forma geral, como um recurso para a integração social e ferramenta de auxílio a aprendizagem (Levy-Nápoles & Orrú, 2016) ou a partir de aplicação de metodologias dentro da CAA, como o Ensino Naturalístico [EN] na pesquisa de Gomes e Nunes (2014) e o Picture Exchange Communication System [PECS] na de Togashi e Walter (2016). Observaram que houve mudanças qualitativas e quantitativas nas interações comunicativas entre os professores e alunos com a utilização das estratégias, favorecendo a mediação do ensino-aprendizagem, não constituindo, por si só, esse processo (Levy-Nápoles & Orrú, 2016).

Analisando a categoria como um todo, conclui-se que com a utilização de estratégias corretas e propositalmente escolhidas, como o brincar mediado, o desenho dirigido e as estratégias de CAA, é possível contribuir para o processo de ensino-aprendizagem das crianças com TEA. E considerando as repercussões da dificuldade de comunicação desses indivíduos, no contexto escolar, alternativas que diminuam essas dificuldades podem facilitar o processo de inclusão.

#### **4.2. Escolarização**

A presença da unidade de registro “escolarização” repetidas vezes em algumas das publicações foi o fator comum que as agregou nesta categoria de análise. São duas pesquisas de revisão da literatura e uma pesquisa documental nos dados do Censo da Educação Básica, que partem de objetivos diversos em torno da escolarização de crianças com TEA e chegam a conclusões confluentes.

A pesquisa de Nascimento, Cruz e Braun (2017) investiga o estado da arte da escolarização dos sujeitos com TEA na base de dados Scientific Electronic Library Online [SciELO-Brasil], a de Rodrigues e Angelucci (2018) avaliam a mesma questão considerando a produção científica brasileira e a de Lima e Laplane (2016), analisam a escolarização em uma situação real, no município de Atibaia, São Paulo.

Partindo da concepção comum de inclusão escolar, descrita no trecho de Nascimento, Cruz e Braun (2017):

Entende-se por inclusão escolar a inserção e manutenção de alunos público alvo da educação especial em salas de aula comuns da rede regular de ensino, vivenciando as mesmas práticas pedagógicas, ainda que estas envolvam conhecimentos, recursos, metodologias e estratégias de ação diferenciados para atender às suas especificidades (p. 4).

As três pesquisas, em seus respectivos campos de análise, identificaram que poucos trabalhos investigam o processo de escolarização focado no ensino (Nascimento, Cruz; Braun, 2017). Nos trabalhos existentes a noção de escolarização é alvo de diferentes interpretações e ainda é vista, na maioria das vezes, na perspectiva da reabilitação e normalização, condicionando o processo de ensino-aprendizagem e seus agentes ao saber biomédico (Rodrigues & Angelucci, 2018). Com poucos trabalhos voltados para estratégias de ensino, recursos e metodologias que na prática favoreçam a inclusão escolar, o que pode explicar os resultados encontrados na terceira pesquisa (Lima & Laplane, 2016), em que de 96 trajetórias escolares de alunos com TEA acompanhados durante quatro anos, apenas seis se completaram, apontando que o processo de escolarização de alunos com TEA não se completa e que poucos chegam ao ensino médio, resultados similares aos encontrados em outras pesquisas (Gomes & Mendes, 2010).

### **4.3. Docência**

Na sequência da discussão iniciada na categoria anterior, com a não efetivação da inclusão escolar nos dados observados e com discussões teóricas distanciadas das práticas pedagógicas, discute-se a categoria voltada para essas práticas. Aqui foram incluídas quatro publicações que continham de forma recorrente pelo menos uma das seguintes unidades de registro: prática docente, concepções e práticas docentes, estratégias didático-pedagógicas.

Com objetivos de identificar as percepções docentes e práticas pedagógicas empregadas, três pesquisas utilizaram entrevistas e observação de casos individuais e uma realizou análise secundária a partir do relato de seis pesquisas englobando 38 professores.

Esta última, realizada por Schmidt, Nunes, Pereira, Oliveira, Nuernberg e Kubaski (2016), encontrou resultados que sugerem que o TEA é pouco conhecido pelos docentes, que relatam formação deficitária nesse aspecto, semelhante ao descrito na pesquisa de Luz, Gomes e Lira (2016) também nesta categoria e em concordância com a literatura (Camargo & Bosa, 2012).

Observa-se também que em todas as quatro pesquisas, os alunos/sujeitos com TEA são percebidos a partir das características de suas deficiências, em uma visão biológica, que além de condicionar o processo ensino-aprendizagem ao saber biomédico, já discutido na categoria anterior, não é operativo para educação (Rodrigues & Angelucci, 2018); e pode influenciar o comportamento dos professores em relação a esses alunos, considerando-os não passíveis de uma intervenção pedagógica (Schmidt et al., 2016).

Em relação às práticas, há relatos de adaptações e estratégias empregadas para promoção de aprendizagem formal, algumas levando em conta as áreas de interesse do aluno, destacando-se o estudo de Aporta e Lacerda (2018) que descreve uma experiência bem-

sucedida no processo de ensino-aprendizagem, apresentando as adequações realizadas em atividades de uma sala de aula regular para um aluno com TEA que resultaram em desenvolvimento da aprendizagem.

#### **4.4. Política**

Este grupo é constituído por uma única publicação, originada de uma pesquisa documental realizado por Guareschi, Alves e Noujorks (2016) que, tomando por base as políticas públicas nacionais de 1994 a 2013, reconstrói a trajetória do chamado por elas de “autismo no campo da educação especial”, identificando como o autismo foi nomeado e concebido nessas políticas.

As autoras constataam que nos documentos analisados há dificuldade em nomear e definir o autismo, considerado inicialmente como “condutas típicas”, passando pelo termo Transtorno Global do Desenvolvimento e sendo nomeado legalmente de Transtorno do Espectro Autista a partir da lei 12.764 (Brasil, 2012).

Ainda, segundo essas autoras, a falta de consenso em relação as especificidades do sujeito com autismo, identificadas nos documentos analisados, tem reflexo nas políticas públicas nacionais e, conseqüentemente nas práticas pedagógicas influenciadas por elas. O que pode ser relacionado com os resultados encontrados nas categorias anteriores de análise, Docência e Escolarização, nas interpretações variadas dos conceitos e dificuldades relatadas nas práticas pedagógicas.

#### **4.5. Parentalidade**

Dos trabalhos selecionados, o último analisado, categorizada a partir da unidade de registro envolvimento parental, refere-se a práticas educativas que os pais desenvolvem em relação aos filhos, inclusive no contexto escolar (Vargas & Schimidt, 2017). Procura discutir o conceito e modelos de envolvimento parental e afirma que embora não exista consenso na literatura nacional a respeito do conceito, todos parecem concordar que a participação ativa dos pais no processo educacional dos seus filhos, melhora o rendimento escolar e as práticas educativas. Observação encontrada em outras pesquisas (Lemos, Salomão, Aquino & Agripino-Ramos, 2016).

Relata, ainda, particularidades das famílias de sujeitos com TEA que podem interferir em sua relação com a escola, como a busca incessante pelo saber que acaba conferindo aos pais um conhecimento amplo sobre a temática e o estresse causado pelas demandas próprias do autismo (Vargas & Schimidt, 2017). Situações que repercutem nos diversos agentes envolvidos no processo ensino-aprendizagem.

## 5. Considerações

Diante do exposto e analisando as categorias em conjunto, observa-se que o conhecimento se complementa e cada uma, ao seu turno, procura elucidar uma parte da diversidade de fatores envolvidos no processo de inclusão escolar, com alguns avanços, que parecem ainda não terem alcançado o destino final da inclusão que é a escolarização (Gomes & Mendes, 2010; Lima & Laplane, 2016).

Algumas discussões permanecem contextualizadas na normalização e reabilitação, condicionando o ensino-aprendizagem ao saber biomédico, longe do rompimento do aprisionamento biológico proposto por Vigotski (2011), e algumas voltam-se para análise de metodologias e estratégias de ensino, especificamente na área de CAA, realizadas, na sua maioria, por pesquisadores da área da pedagogia; o que pode indicar que a criança com autismo começa a ser vista como, o que Orrú (2016) denominou de, “sujeito aprendente”, e como tal, necessita de práticas pedagógicas menos reducionistas e mais adequadas ao seu potencial (Orrú, 2016).

Os achados na presente revisão parecem sugerir que as pesquisas na área de avaliação Ensino da Capes, que trazem na sua constituição o olhar pedagógico, são incipientes e as da área afim – como Educação – caminham trazendo contribuições para os profissionais que atuam na prática pedagógica. Apontam novos campos de pesquisa, com destaque às considerações de Aporta e Lacerda (2018) que indicam novas perspectivas de investigação a fim de identificar e apresentar processos bem-sucedidos de inclusão.

Consideram-se como limitações, a presença de artigos de revisão entre os trabalhos aqui analisados e discutidos; o tamanho da amostra, que podem implicar falhas interpretativas ou de generalizações; e a ausência de pesquisas indexadas na área de Ensino nos bancos de dados utilizados. Sugerem-se novos estudos na mesma temática, utilizando como base de busca, bancos de programas da área de Ensino, a fim de completar a avaliação das publicações nessa perspectiva.

## Referências

American Psychiatric Associations (APA). (2014). *Manual de Diagnóstico e estatística dos transtornos mentais – DSM-5*. 5. ed., Porto Alegre: Arthmed.

Aporta, A. P.; & Lacerda, C. B. F. (2018). Estudo de Caso sobre Atividades Desenvolvidas para um Aluno com Autismo no Ensino Fundamental I. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 24(1), 45-58.

Armonia, A. C. (2015). Autismo e linguagem infantil. In F.B. Assumpção Júnior. & E. Kuczynski. (Coord.). *Autismo Infantil: novas tendências e perspectivas*. 2. ed., São Paulo: Atheneu, 7, 93-103.

Bardin, L. (2016). *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70.

Brasil. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. (1988). Brasília, Distrito Federal.

\_\_\_\_\_. (2008). *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP.

\_\_\_\_\_. (2012). *Decreto n° 8368*. Regulamenta a Lei no 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília.

\_\_\_\_\_. (2016). Ministério da Educação. *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior*. Diretoria de avaliação. Documento de área Ensino. Brasília. Disponível em [https://pos.cepae.ufg.br/up/480/o/DOCUMENTO\\_DE\\_AREA\\_ENSINO\\_2016\\_final.pdf](https://pos.cepae.ufg.br/up/480/o/DOCUMENTO_DE_AREA_ENSINO_2016_final.pdf)  
Acesso em: 31 de outubro de 2019.

Botelho, L. R. R.; Cunha C. C. A.; & Macedo, M. (2011). O método de revisão integrativa nos estudos organizacionais. *Revista Eletrônica Gestão e Sociedade*, 5(11), 121-136.

Camargo, S. P. H.; & Bosa, C. A. (2009). Competência social, inclusão escolar e autismo: Revisão crítica da literatura. *Psicologia e Sociedade*, 21(1), 65-74.

Camargo, S. P. H.; & Bosa C. A. (2012). Competência social, inclusão escolar e autismo: um estudo de caso comparativo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 28(3), 315-324.

Conferência Mundial sobre Educação para todos. (1990). Declaração Mundial sobre educação para todos. Jomtien.

Dias, A. M. I.; Therrien, J. E.; & Farias, I. M. S. (2017). As áreas de educação e ensino na Capes: Identidade, tensões e diálogos. *Revista Educação e Emancipação*, 10(1), 34-57.

Fernandes-Sobrinho, M. (2016). Temas Sociocientíficos no Enem e no livro Didático: limitações e potencialidades para o ensino de física. (Tese de doutoramento). Universidade de Brasília, Brasil.

Fórum Mundial de Educação. (2015). Educação 2030: Declaração de Incheon e Marco de ação: rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa à educação ao longo da vida para todos. Incheon.

Gil, A. C. (2002). Como classificar as pesquisas. In: Gil, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed., São Paulo: Atlas.

Gomes, C. G. S. & Mendes, E. G. (2010). Escolarização inclusiva de alunos com autismo na rede municipal de ensino de Belo Horizonte. *Rev. Bras. Ed. Esp.*, 16(3), 375-396.

Gomes, R. C. & Nunes, D.R. (2014). Interações comunicativas entre uma professora e um aluno com autismo na escola comum: uma proposta de intervenção. *Educ. Pesqui.*, 40(1), 143-161.

Guareschi, T.; Alves, M. D.; & Naujorks, M. I. (2016). Autismo e políticas públicas de inclusão no Brasil. *Journal of Research in Special Educational Needs*, 16(1), 246-250.

Lemos, E. L. M. D.; Salomão, N. M. R; Aquino, F. S. B.; & Agripino-Ramos, C. S. (2016). Concepções de pais e professores sobre a inclusão de crianças autistas. *Fractal: Revista de Psicologia*, 28(3), 351-361.

Levy-Nápoles, R. A.; & Orrú, S. E. (2016). Experiências de comunicação alternativa: alunos com autismo. *Journal of Research in Special Educational Needs*, 16(1), 202-205.

Lima, S. M.; & Laplane, A. L. F. (2016). Escolarização de alunos com autismo. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 22(2), 269-284.

Luz, M.H.S.; Gomes, C. A.; & Lira, A. (2016). Narrativas sobre a inclusão de uma criança autista: desafios à prática docente. *Educación*, 26(50), 123-142.

Martins, A. D. F.; & Góes, M.C. R. (2013). Um estudo sobre o brincar de crianças autistas na perspectiva histórico-cultural. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, SP, 17(1), 25-34.

Mendes, E. C. (2006). A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, 11(33), set./dez.

Menezes, M. R. G. (2013). Pedro Gonçalves: uma História de inclusão escolar. *Sophia*, 15.

Nascimento, F. F.; Cruz, M. M.; Braun, P. (2017). Escolarização de pessoas com transtorno do espectro do autismo a partir da análise da produção científica disponível na Scielo-Brasil (2005-2015). *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, 24(125).

Nunes, D. R. P.; Azevedo, M. Q. O.; Schmidt, C. (2013). Inclusão educacional de pessoas com Autismo no Brasil: uma revisão da literatura. *Revista Educação Especial*, 26(47), 557-572.

Orrú, S. E. (2016). *Aprendizes com autismo: aprendizagem por eixos de interesse em espaços não excludentes*. Petrópolis. Editora Vozes, Apresentação, 11-12.

Rodrigues, I. B.; & Angelucci, C. B. (2018). Estado da arte da produção sobre escolarização de crianças diagnosticadas com TEA. *Psicologia Escolar e Educacional*, 22(3), 545-555.

Sanini, C.; & Bosa, C. A. (2015). Autismo e inclusão na educação infantil: Crenças e autoeficácia da educadora. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 20(3), 173-183.

Santos, E. C.; & Chiote, F.B. (2016). Autismo e a pré-história da linguagem escrita. *Journal of research in Special Education Needs*, 16(1), 241-245.

Schmidt, C.; Nunes, D. R. de P.; Pereira, D. M.; Oliveira, V. F. de; Nuernberg, A. H.; & Kubaski, C. (2016). Inclusão escolar e autismo: uma análise da percepção docente e práticas pedagógicas. *Psicol. teor. Prát.*, 18(1), 222-235.

Silva, N.C.; & Carvalho, B. G. E. (2017). Compreendendo o Processo de Inclusão Escolar no Brasil na perspectiva dos professores: uma revisão integrativa. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 23(2), 293-308.

Togashi, C. M.; & Walter, C. C. F. (2016). As Contribuições do Uso da Comunicação Alternativa no Processo de Inclusão Escolar de um Aluno com Transtorno do Espectro do Autismo. *Rev. bras. educ. Espec.*, 22(3), 351-366.

Vargas, R. M.; & Schmidt, C. (2017). Envolvimento parental e a inclusão de alunos com autismo. *Acta Scientiarum*, 39(2), 207-214.

Vigotski, L. S. (2007). *A formação social da mente*. 7. Ed., São Paulo. Martins Fontes, Cap.6, 87-106.

Vigotski, L. S. (2011). A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal. *Educação e Pesquisa*, 37(4), 861-870.

Whittemore, R.; & Knaf, K. (2005). The integrative review: update methodology. *Journal of Advanced Nursing*, Oxford, 52(5), 546-553.

**Recibido:** 12/02/2020 **Aceptado:** 06/02/2020 **Publicado:** Marzo de 2020